

Dívida: o ^{externa} governo procura uma saída.

Funaro não admite falar em moratória, mas Sarney consultou os líderes do PMDB e do PFL sobre a redução dos juros da dívida.

Sem condições políticas para submeter-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e pressionado por reduzidíssimas reservas cambiais e pela incapacidade de gerar superávits comerciais, o governo está cada vez mais propenso a recorrer à moratória do pagamento do serviço da dívida externa.

Apesar dos desmentidos formais do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, de que "moratória é uma palavra que não consta de minha agenda", este foi o problema de fato apresentado pelo presidente Sarney aos líderes políticos da Aliança Democrática, pois depende de apoio do Congresso Nacional e de toda a sociedade para obter uma "moratória negociada" ou "moratória consentida" ou "redução de remessa de divisas".

No País em que a palavra "pacto" precisa ser substituída por "entendimento" ou "trégua" para poder constar da agenda dos políticos e lideranças de empresários e trabalhadores, procura-se um novo nome para "moratória", ou seja, a suspensão — negociada ou não — do pagamento do serviço da dívida externa.

Já os políticos do PMDB, formalmente consultados, preferem a denominação de "minimoratória" para medidas como a suspensão do pagamento da dívida das multinacionais e empresas consorciadas e novas formas de tributação para a

remessa de lucros para o Exterior. A nível interno, para reforço de caixa do governo e punição do sistema financeiro, a esses políticos foi apresentada a fórmula de criar um novo empréstimo compulsório, desta vez sobre o lucro dos bancos.

Os parlamentares do PMDB aos quais o presidente Sarney e o ministro Funaro apresentaram parte de seus problemas e pediram apoio, informam que a "minimoratória" em estudos prevê que o governo arcaria apenas com o débito de responsabilidade do Estado e de empresas estatais, com o que obteriam a redução de cerca de 30% da dívida externa, sem que o País deixasse de honrar seus com-

promissos internacionais. A dívida das multinacionais e empresas consorciadas seria reescalada em prazos "razoáveis", a serem fixados nas próximas negociações.

A taxa sobre remessa de lucros das multinacionais, que atinge hoje uma média de US\$ 5 bilhões anuais, serviria para o governo equilibrar o déficit público e cobrir despesas da área social. O presidente da Câmara dos Deputados, da Assembleia Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, não quis antecipar nenhuma das medidas econômicas, embora admitisse a deputados de sua intimidade que estas deverão ser adotadas antes do Carnaval.

Minimoratória, novo compulsório, mínimo...

O governo já tem algumas medidas em estudo para colocar em prática a partir das consultas que o presidente Sarney vem fazendo aos políticos da Aliança Democrática. São elas:

Minimoratória — suspensão do pagamento da dívida das multinacionais e empresas consorciadas.

Contenção de remessas — novas formas de tributação sobre a remessa de lucros para o Exterior.

Compulsório — novo "empréstimo", desta vez sobre os lucros do sistema financeiro, para reforçar o caixa do governo e "punir" os ban-

cos que teriam elevado os juros artificialmente.

Juros — para reduzi-los, o governo poderia interromper temporariamente as aplicações em CDBs prefixados e tabelaria o **spread** bancário.

Preços — manter estáveis dentro de certo período, em especial dos produtos que são os primeiros elos na cadeia de produção.

Subsídios — limitar os preços agrícolas de gêneros alimentícios básicos como arroz e feijão e comprar praticamente toda a safra, via AGF, subsidiando o consumo.



Mesmo negando a moratória, o ministro da Fazenda afirmou, ontem, que é importante reduzir os custos da dívida, diminuindo as remessas correspondentes às parcelas dos juros. Repetiu várias vezes que qualquer medida terá de ser negociada com os bancos credores e que "não é um processo de suspensão automática de pagamentos".

O País caminha para a moratória porque a outra alternativa, recorrer a um acordo **stand bay** com o FMI foi liminarmente recusada pela liderança política, já que impli-

caria em contrapartida um programa de ajuste da economia inevitavelmente recessivo.

Na frente interna, a preocupação maior do PMDB e do PFL é com relação à taxa de juros, que seria enfrentada pela administração econômica com medidas paliativas como a eliminação temporária, das aplicações em CDB prefixadas e a tentativa de tabelamento do **spread** (diferença cobrada pelo banco entre a taxa de captação e a aplicação). Estas medidas teriam efeito imediato no plano psicológico, favorecendo uma queda razoável no custo do dinheiro.

Em relação à moratória, há, ainda, a tese do ministro da Cultura, Celso Frutado, de que, com a suspensão por prazo indeterminado dos juros da dívida, os bancos estrangeiros que enfrentam legislações nacionais restritivas, no sentido de obrigá-los a contabilizar a falta de pagamento com perda definitiva e inscrevê-la como créditos em liquidação, sofreriam prejuízos (inclusive pela obrigatoriedade de ampliar significativamente seus depósitos de segurança). Seria, então, o momento de negociar caso a caso, barganhando inclusive o retorno do fluxo de empréstimos ao País, segundo Frutado.

Aluguéis — projeto de lei que protege os inquilinos de baixa renda e libera os imóveis médios e luxuosos para a fixação de aluguéis segundo as leis de mercado.

Salário mínimo — O governo tem 10 dias para decidir qual será o novo mínimo. Se for baixo, provocará descontentamento. Se for alto, os Estados e municípios não conseguirão pagá-lo. A área jurídica diverge sobre a possibilidade de eliminar o poder indexador do salário mínimo com uma lei ordinária ou via emenda constitucional.